

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	9
APRESENTAÇÃO.....	11
NOTA À 10ª EDIÇÃO.....	13
CAPÍTULO I – TEORIA GERAL DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL. INSTITUIÇÕES E PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS	
1. Fundamentos do Direito Processual Civil.....	63
1.1. Institutos fundamentais: jurisdição, ação, processo.....	63
1.2. Natureza, estrutura e fins do processo.....	65
1.3. Métodos de soluções de controvérsias. Jurisdição estatal e arbitral. Mediação e conciliação. “Justiça multiportas”.....	67
1.3.1. Lide.....	67
1.3.2. Processo civil e arbitragem: Jurisdições estatal e arbitral.....	67
1.3.3. “Justiça multiportas” (“ <i>multi-door courthouse</i> ”). Mediação e conciliação.....	68
1.3.4. Justiça <i>online</i> . Resolução de disputas <i>online</i> (<i>ODR – Online Dispute Resolution</i>).....	69
1.4. Fontes do Direito Processual Civil.....	71
1.4.1. Normas aplicáveis à jurisdição civil. Normas constitucionais e controle de constitucionalidade.....	71
1.4.2. <i>Status</i> normativo de tratados e convenções internacionais que versem sobre Direito Processual. Controle de convencionalidade, constitucionalidade e suprallegalidade.....	72
1.4.3. Código de Processo Civil e leis especiais. Contradições, incompatibilidades e diálogos.....	74

1.4.4.	Leis estaduais e distritais	76
1.4.5.	Normas regimentais	77
1.4.6.	Aplicação supletiva e subsidiária do Código de Processo Civil a outras modalidades de processo	77
1.4.7.	Direito intertemporal processual. Direitos adquiridos processuais.....	78
1.5.	A Constituição e seu influxo no Direito Processual Civil.....	79
1.5.1.	Referência, nos arts. 1º e 8º do CPC, a princípios constitucionais	79
1.5.2.	Dignidade da pessoa humana.....	80
1.5.3.	Legalidade.....	81
1.5.4.	Fins sociais do direito e bem comum	81
1.5.5.	Proporcionalidade e razoabilidade	82
1.5.6.	Eficiência.....	84
1.6.	Princípios do Direito Processual Civil.....	84
1.6.1.	Premissas	84
1.6.2.	Garantias mínimas do devido processo legal.....	85
1.6.3.	Acesso formal à justiça. Inafastabilidade da jurisdição.....	86
1.6.4.	Acesso à ordem jurídica justa. Variados meios de solução de conflitos. Justiça multiportas	86
1.6.5.	Ordem jurídica justa e direito ao processo adequado	87
1.6.6.	Inércia da jurisdição, demanda e impulso oficial	87
1.6.7.	Direito das partes de participar ativamente do procedimento destinado à criação da solução jurisdicional (direito à participação procedimental).....	88
1.6.8.	Contraditório	89
1.6.9.	Isonomia processual	90
1.6.10.	Juiz natural e imparcialidade	90
1.6.11.	Segurança jurídica e proteção à confiança	91
1.6.12.	Boa-fé objetiva.....	92
1.6.13.	Cooperação.....	93
1.6.14.	Economia processual.....	94
1.6.15.	Razoável duração do processo.....	94
1.6.16.	Publicidade	95
1.6.17.	Fundamentação da decisão judicial	95
2.	Jurisdição e Ação.....	96
2.1.	Jurisdição e ação no quadro geral dos institutos fundamentais do processo civil	96

2.2.	Função jurisdicional.....	96
2.2.1.	Natureza.....	96
2.2.1.1.	Teorias sobre a função jurisdicional	96
2.2.1.2.	Exercício da função jurisdicional no Estado Constitucional Democrático de Direito.....	97
2.2.1.3.	Centro de justiça abrangente: centro judiciário de solução consensual de conflitos. Conciliação e mediação	98
2.2.1.4.	Jurisdição arbitral	100
2.2.1.5.	Jurisdição voluntária	102
2.2.2.	Tutela jurisdicional preventiva e repressiva. Variações.....	102
2.2.3.	Jurisdição nacional	104
2.2.3.1.	Limites à jurisdição brasileira.....	104
2.2.3.2.	Imunidade de jurisdição	104
2.2.3.3.	Jurisdição internacional concorrente. Propositura de ação perante tribunal estrangeiro. Ausência de litispendência	105
2.2.3.4.	<i>Forum shopping</i> e <i>forum non conveniens</i>	105
2.2.3.5.	Eleição de foro exclusivo estrangeiro.....	106
2.2.4.	Cooperação jurisdicional internacional.....	107
2.2.5.	Competência interna.....	109
2.2.5.1.	Jurisdição e competência	109
2.2.5.2.	Jurisdição estatal e arbitral: limites de atuação, relações e cooperação	109
2.2.5.3.	<i>Translatio iudicii</i> . Efeitos da decisão proferida por juízo estatal incompetente ou por árbitro além dos limites da jurisdição arbitral.....	111
2.2.5.4.	Classificações	111
2.2.5.4.1.	Competência absoluta e relativa	111
2.2.5.4.2.	Competência quanto à pessoa e à função. Particularidades.....	112
2.2.5.5.	Definição do juízo competente	112
2.2.5.5.1.	<i>Perpetuatio jurisdictionis</i>	112
2.2.5.5.2.	Critérios gerais	113
2.2.5.5.3.	Regras sobre determinação da competência.....	114
2.2.5.5.4.	<i>Forum shopping</i> , <i>forum non conveniens</i> e princípio da competência adequada	118

2.2.5.6.	Relações entre causas e modificações da competência	119
2.2.5.6.1.	Relações entre causas	119
2.2.5.6.2.	Conexão	119
2.2.5.6.3.	Continência e litispendência parcial	120
2.2.5.6.4.	Ação “acessória”	120
2.2.5.6.5.	Reunião das causas no juízo prevento.....	121
2.2.5.7.	Modificação de competência por negócio jurídico processual realizado entre as partes. Limites	121
2.2.5.8.	Reconhecimento da incompetência. Efeitos.....	122
2.2.5.8.1.	Pronunciamento <i>ex officio</i> ou mediante provocação das partes. Prorrogação da competência relativa	122
2.2.5.8.2.	Medidas de urgência requeridas a juízo incompetente.....	123
2.2.5.8.3.	Reconhecimento da incompetência. Remessa dos autos ao juízo competente. Efeitos da decisão proferida por juízo incompetente	123
2.2.5.9.	Conflito de competência.....	124
2.2.6.	Cooperação jurisdicional nacional	124
2.3.	Direito de ação	125
2.3.1.	Direito ao processo adequado	125
2.3.2.	Tutela jurisdicional adequada ao direito material	126
2.3.3.	Natureza.....	127
2.3.4.	Teoria da relação de <i>status</i>	130
2.3.5.	Requisitos.....	131
2.3.5.1.	Interesse e legitimidade.....	131
2.3.5.2.	Legitimidade <i>ad causam</i> e <i>ad processum</i> (ordinária e extraordinária).....	132
2.3.5.3.	Requisitos da demanda e mérito	133
2.3.6.	Espécies.....	135
3.	Sujeitos do processo	137
3.1.	Partes.....	138

3.1.1.	Partes processuais como centros de interesse	138
3.1.2.	Capacidade de ser parte, capacidade processual e capacidade postulatória. Capacidade e legitimidade processual	138
3.1.3.	Capacidade processual e representação.....	139
3.1.3.1.	Noções elementares.....	139
3.1.3.2.	União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Associação de Representação de Municípios	140
3.1.3.3.	Órgãos do Poder Legislativo.....	140
3.1.3.4.	Massa falida	141
3.1.3.5.	Espólio. Inventariante, herdeiros e sucessores.....	141
3.1.3.6.	Pessoa jurídica. Pessoa jurídica estrangeira	141
3.1.3.7.	Condomínio.....	142
3.1.3.8.	Curador especial	142
3.1.3.9.	Legitimação do cônjuge ou companheiro.....	143
3.1.4.	Capacidade postulatória	144
3.1.4.1.	Representação por advogado.....	144
3.1.4.2.	Relevância da representação por advogado. Prerrogativas do advogado, na defesa de seu constituinte.....	144
3.1.4.3.	Procuração e informações relacionadas às intimações	145
3.1.4.4.	Revogação ou renúncia ao mandato	146
3.1.4.5.	Advocacia Pública.....	147
3.1.4.6.	Defensoria Pública.....	148
3.1.5.	Correção de vícios atinentes à capacidade processual ou postulatória.....	150
3.1.6.	Sucessão das partes	151
3.2.	Pluralidade de partes: litisconsórcio.....	152
3.2.1.	Regime geral	152
3.2.2.	Litisconsórcio voluntário. Limites. Formação ulterior de litisconsórcio voluntário	152
3.2.3.	Restrições ao litisconsórcio voluntário. Litisconsórcio multitudinário. Vedação da Lei 13.188/2015	153
3.2.4.	Litisconsórcio unitário	153
3.2.5.	Litisconsórcio necessário	154
3.3.	Intervenção de terceiros.....	156

3.3.1.	Considerações gerais. Ingresso de terceiros no processo, para tornarem-se partes ou sujeitos processuais de outra natureza.....	156
3.3.2.	Assistência	156
3.3.2.1.	Assistência simples (ou adesiva) e litisconsorcial (ou qualificada). Aproximações e distinções	156
3.3.2.2.	Assistência litisconsorcial e litisconsórcio unitário voluntário ulterior	157
3.3.2.3.	Assistência simples. Terceiro que pode tornar-se substituto processual.....	158
3.3.3.	Denúnciação da lide	159
3.3.3.1.	Demanda do denunciante contra o denunciado ...	159
3.3.3.2.	Admissibilidade da denúnciação da lide	160
3.3.3.3.	Direito de regresso não pleiteado através da denúnciação. Apresentação da pretensão em ação autônoma	160
3.3.3.4.	Denúnciação da lide individual, coletiva e <i>per saltum</i> . Denúnciações sucessivas	160
3.3.3.5.	Conteúdo e momento da denúnciação.....	161
3.3.3.6.	Partes e terceiro: posição processual, após a denúnciação	161
3.3.3.7.	Julgamento da denúnciação. Efeitos. Sucumbência	162
3.3.4.	Chamamento ao processo	163
3.3.4.1.	Finalidade do chamamento ao processo	163
3.3.4.2.	Chamamento ao processo e denúnciação da lide: aproximações e distinções	163
3.3.4.3.	Efeitos da sentença de procedência, em relação aos réus.....	164
3.3.5.	Incidente de desconsideração da personalidade jurídica	165
3.3.5.1.	Fundamentos e hipóteses de desconsideração da personalidade jurídica.....	165
3.3.5.2.	Natureza e processamento do incidente.....	167
3.3.6.	<i>Amicus curiae</i>	169
3.3.6.1.	Natureza da intervenção do <i>amicus curiae</i>	169
3.3.6.2.	Direito à participação procedimental e legitimação das decisões judiciais. Intervenção do <i>amicus curiae</i> no CPC. Crítica.....	169

3.3.6.3.	Formas de intervenção do <i>amicus curiae</i> no direito brasileiro.....	171
3.3.6.4.	Atos processuais que podem ser praticados pelo <i>amicus curiae</i>	172
3.4.	Deveres dos sujeitos do processo	173
3.4.1.	Conduta dos sujeitos do processo. Abrangência da regra prevista no art. 77 do CPC.....	173
3.4.2.	<i>Contempt of Court</i> . Atentado	174
3.4.3.	Abuso processual e assédio judicial. Falsos litígios (<i>sham litigation</i>). Ações judiciais estratégicas contra participações públicas (<i>strategic lawsuits against public participation</i>)	175
3.4.4.	Litigância abusiva (ou predatória)	177
3.4.5.	Descumprimento de deveres processuais e litigância de má-fé.....	178
3.4.5.1.	Caracterização do exercício abusivo de direitos processuais.....	178
3.4.5.2.	Dever de indenizar por litigância de má-fé.....	178
3.4.5.3.	Sanção pelo descumprimento de deveres processuais.....	179
3.4.6.	Despesas processuais e honorários advocatícios	180
3.4.6.1.	Despesas e custas processuais.....	180
3.4.6.1.1.	Natureza. Custas processuais e acesso à justiça	180
3.4.6.1.2.	Dever de arcar com as despesas processuais.....	181
3.4.6.1.3.	Caução às custas	183
3.4.6.2.	Honorários advocatícios	183
3.4.6.2.1.	Natureza	183
3.4.6.2.2.	Critérios a serem observados na fixação de honorários sucumbenciais. Fixação em decisão interlocutória ou sentença	185
3.4.6.3.	Sucumbência <i>versus</i> causalidade? A sucumbência como sinal aparente da causalidade.	187
3.4.6.4.	Sucumbência recursal	189
3.4.6.5.	Convenções sobre financiamento processual (<i>litigation finance</i>) e responsabilidade dos terceiros financiadores (<i>third party financiers</i>)....	192
3.5.	Gratuidade da justiça.....	193

3.5.1.	Assistência jurídica, assistência judiciária e gratuidade da justiça. Aproximações e distinções.....	193
3.5.2.	Abrangência da gratuidade da justiça.....	194
3.5.3.	Aspectos procedimentais.....	195
3.6.	Ministério Público.....	196
3.6.1.	Funções institucionais do Ministério Público.....	196
3.6.2.	Exercício do direito de ação pelo Ministério Público.....	197
3.6.3.	Ministério Público como fiscal da ordem jurídica (<i>custos legis</i>).....	198
3.6.4.	Intimação do Ministério Público.....	199
3.7.	Juiz e auxiliares da justiça.....	200
3.7.1.	Órgão judicial, organismo jurisdicional e auxiliares da justiça.....	200
3.7.2.	Direção do processo pelo juiz.....	201
3.7.2.1.	Direção formal e material do processo.....	201
3.7.2.2.	Exercício da direção do processo pelo juiz e observância de garantias constitucionais.....	202
3.7.2.3.	Dever de prevenção.....	203
3.7.2.4.	Prevenção contra o uso simulado ou fraudulento do processo.....	203
3.7.2.5.	Gestão dos processos. Observância à ordem cronológica de julgamentos.....	203
3.7.2.6.	Déficit procedimental e ajuste do procedimento às necessidades da causa.....	205
3.7.2.7.	Direção material do processo, poderes do juiz, medidas executivas e de cautela.....	209
3.7.2.8.	Processo estrutural.....	210
3.7.3.	Responsabilidade do juiz.....	210
3.7.4.	Imparcialidade do juiz.....	211
3.7.4.1.	Imparcialidade, neutralidade e passividade do juiz.....	211
3.7.4.2.	Impedimento e suspeição. Aproximações e distinções. Crítica.....	211
3.7.4.3.	Hipóteses de impedimento.....	214
3.7.4.4.	Suspeição e interesse público. Investigação do <i>animus</i> do juiz.....	215
3.7.4.5.	Aspectos procedimentais.....	216

3.7.4.5.1.	Alegação de impedimento e de suspeição e processamento do incidente.....	216
3.7.4.5.2.	Efeito suspensivo.....	216
3.7.4.5.3.	Efeitos do reconhecimento da parcialidade do juiz.....	217
3.7.4.5.4.	Reconhecimento de impedimento em tribunal superior.....	218
3.7.4.6.	Impedimento e suspeição de outros sujeitos imparciais do processo.....	218
3.7.5.	Auxiliares da justiça.....	218
3.7.5.1.	Perfis gerais.....	218
3.7.5.2.	Escrivão, chefe de secretaria e oficial de justiça ...	221
3.7.5.3.	Perito.....	223
3.7.5.4.	Depositário e administrador.....	226
3.7.5.5.	Intérprete e tradutor.....	228
3.7.5.6.	Conciliador e mediador.....	228
4.	Atos processuais.....	233
4.1.	Processo e procedimento.....	233
4.2.	Teoria do fato jurídico processual.....	233
4.2.1.	Fatos e atos processuais.....	233
4.2.2.	Atos e negócios processuais.....	234
4.2.3.	Declarações unilaterais, bilaterais ou plurilaterais.....	235
4.2.4.	Faculdades, ônus e deveres processuais.....	235
4.2.5.	Negócios jurídicos processuais.....	236
4.2.5.1.	Negócio jurídico processual e ato jurídico <i>stricto sensu</i> processual. Negócios típicos e atípicos. Atipicidade e força normativa da vontade.....	236
4.2.5.2.	Negócios processuais sobre procedimentos, ônus, poderes, faculdades e deveres processuais. Disciplina dos negócios típicos e atípicos.....	238
4.2.5.3.	Calendário processual.....	242
4.2.6.	Preclusão.....	243
4.2.6.1.	Preclusão para as partes e limites à atuação jurisdicional.....	243
4.2.6.2.	Preclusão para o juiz. “Preclusão <i>pro judicato</i> ”? Precisões conceituais. Crítica.....	244
4.2.6.3.	Espécies de preclusão, em relação às partes.....	246

4.2.6.4.	Vedações à atuação ulterior do órgão jurisdicional e preclusão	247
4.3.	Forma do processo e do ato processual.....	248
4.3.1.	Forma e conteúdo do ato processual. Vontade e função (causa ou fim) do ato processual	248
4.3.2.	Forma dos atos processuais.....	249
4.3.3.	Forma do processo e devido processo legal: formalismo constitucional.....	250
4.3.4.	Forma e finalidade do processo. Instrumentalidade das formas.....	251
4.3.5.	Língua portuguesa como idioma oficial.....	252
4.4.	Publicidade dos atos processuais	252
4.4.1.	Publicidade absoluta (ou externa), como regra, temperada com publicidade restrita (ou interna) dos atos processuais. Raiz constitucional.....	252
4.4.2.	Publicidade absoluta <i>versus</i> restrita (segredo de justiça). Interesse público ou social. Intimidade	253
4.5.	Prática eletrônica de atos processuais	254
4.5.1.	Aspectos gerais.....	254
4.5.2.	Prática e registro de atos processuais por meio eletrônico: atualidade e virtualidade. Oralidade e processo em autos eletrônicos.....	255
4.5.3.	Prática de atos por meio eletrônico: processo ou procedimento?	257
4.5.4.	Assinatura eletrônica.....	258
4.5.5.	Garantias de acesso ao sistema de processo em autos eletrônicos.....	259
4.6.	Atos das partes.....	261
4.7.	Atos do juiz	262
4.7.1.	Atos, pronunciamentos e decisões do juiz.....	262
4.7.2.	Decisões final (sentença) e interlocutória	262
4.7.3.	Despachos e atos meramente ordinatórios	265
4.7.4.	Acórdãos e pronunciamentos monocráticos proferidos em tribunais e turmas recursais de juizados. Julgamento colegiado em primeiro grau	267
4.7.5.	Forma e publicidade da decisão judicial.....	267
4.8.	Atos do escrivão ou chefe de secretaria.....	269
4.9.	Lugar dos atos processuais	270
4.10.	Tempo dos atos processuais.....	271

4.11.	Prazos processuais	272
4.11.1.	Prazos processuais legais, judiciais e convencionais	272
4.11.2.	Modificações dos prazos processuais	273
4.11.2.1.	Prazos peremptórios e dilatatórios.....	273
4.11.2.2.	Modificação dos prazos processuais legais por convenção das partes.....	273
4.11.2.3.	Modificação judicial dos prazos processuais legais.....	274
4.11.3.	Observância do prazo e preclusão.....	275
4.11.3.1.	Prazos próprios e impróprios	275
4.11.3.2.	Extinção do direito de praticar o ato pelo decurso do prazo (preclusão temporal).....	275
4.11.3.3.	Direito à emenda dentro do prazo processual. Mitigação da preclusão consumativa.....	275
4.11.3.4.	Ato praticado antes do termo inicial do prazo	276
4.11.3.5.	Preclusão e justa causa.....	276
4.11.4.	Crerios relativos aos prazos processuais	277
4.11.4.1.	Termo inicial	277
4.11.4.2.	Contagem do prazo	278
4.11.4.3.	Prorrogação, suspensão, restituição do prazo.....	281
4.12.	Comunicação dos atos processuais.....	282
4.12.1.	Cartas e comunicações entre órgãos jurisdicionais.....	282
4.12.1.1.	Cooperação e comunicação.....	282
4.12.1.2.	Modalidades das cartas	283
4.12.1.3.	Aspectos procedimentais.....	283
4.12.2.	Citação	285
4.12.2.1.	Precisões conceituais	285
4.12.2.2.	Citação e integração da relação processual	286
4.12.2.2.1.	Citação, inexistência e ineficácia ...	286
4.12.2.2.2.	Falta ou a nulidade da citação e validade do processo.....	288
4.12.2.2.3.	Comparecimento espontâneo do réu ou executado para alegação da nulidade da citação e prazo para resposta	288
4.12.2.2.4.	Sentença favorável ao réu ou executado não citado	289
4.12.2.3.	Efeitos da citação.....	290

4.12.2.3.1.	Litispendência. Alteração dos elementos da ação após a citação	290
4.12.2.3.2.	Consequências da citação, em relação à mora. Juros.....	290
4.12.2.3.3.	Interrupção da prescrição pela citação.....	291
4.12.2.4.	Modalidades de citação. Restrições legais.....	293
4.12.2.5.	Citação por meio eletrônico. Domicílio judicial eletrônico.....	295
4.12.2.6.	Citação pelo correio.....	296
4.12.2.6.1.	Regra e exceções	296
4.12.2.6.2.	Requisitos da carta de citação	297
4.12.2.6.3.	Citação de pessoa jurídica e teoria da aparência	297
4.12.2.6.4.	Citação de pessoas em condomínios edifícios ou loteamentos com controle de acesso	298
4.12.2.7.	Citação por oficial de justiça.....	298
4.12.2.8.	Citação com hora certa.....	299
4.12.2.9.	Citação pelo escrivão ou chefe de secretaria	300
4.12.2.10.	Citação por edital.....	301
4.12.2.11.	Procedimento edital	302
4.12.3.	Intimações	303
4.12.3.1.	Finalidade	303
4.12.3.2.	Meios de intimação.....	304
4.12.3.2.1.	Intimação por meio eletrônico	304
4.12.3.2.2.	Intimação por publicação no órgão oficial. Diário da Justiça eletrônico	305
4.12.3.2.3.	Intimação em portal eletrônico ou em Diário da Justiça Eletrônico. Conflito. Solução à luz da lei e da Resolução 455/2022 do CNJ (com a reforma da Resolução 569/2024 do CNJ).....	306
4.12.3.2.4.	Intimação pelo correio.....	307
4.12.3.2.5.	Intimação pelo escrivão ou chefe de secretaria	308

4.12.3.2.6.	Intimação pessoal pelo oficial de justiça.....	308
4.12.3.2.7.	Intimação com hora certa e por edital	308
4.12.3.3.	Endereçamento e publicação da intimação. Requisitos	308
4.12.3.3.1.	Indicação do advogado em nome de quem deve ser realizada a comunicação processual.....	308
4.12.3.3.2.	Indicação da sociedade a que pertence o advogado, a fim de que em nome dela seja realizada a intimação	309
4.12.3.3.3.	Requisitos da publicação. Erro nas informações veiculadas no órgão oficial	309
4.12.3.4.	Arguição da nulidade da intimação. Republicação e reabertura do prazo	310
4.13.	Nulidades processuais	310
4.13.1.	Nulidade processual como técnica de proteção das garantias processuais	310
4.13.2.	Nulidade e produção de efeitos.....	311
4.13.3.	Nulidade como sanção	311
4.13.4.	Existência e validade dos atos processuais. Nulidade ou anulabilidade (ou nulidade absoluta e relativa) do ato processual. Precisoões conceituais	312
4.13.5.	Conteúdo e forma do ato processual. Função (ou causa, ou finalidade essencial) do ato processual. Finalidade alcançada.....	313
4.13.6.	Forma cuja inobservância não recebe a sanção de nulidade. Nulidades cominadas e não cominadas.....	314
4.13.7.	Abordagem funcional dos requisitos processuais. Dogma da prioridade	315
4.13.8.	Sistema processual e nulidades.....	315
4.13.8.1.	Princípios fundamentais do processo civil e nulidades processuais.....	315
4.13.8.2.	Contraditório efetivo. Dever de consulta	316
4.13.8.3.	Dever de prevenção contra o surgimento de vícios processuais e contra a decretação de nulidades. Dever de esclarecimento	316

4.13.8.4.	Alcance do art. 276 do CPC. Dever de cooperação, boa-fé objetiva e proibição de <i>venire contra factum proprium</i>	317
4.13.9.	Regime das nulidades no processual civil.....	319
4.13.9.1.	Convalidação do ato processual e preclusão	319
4.13.9.2.	Importância da alegação oportuna do vício pela parte	320
4.13.9.3.	Aproveitamento dos atos processuais.....	320
4.13.9.4.	Restrição da nulidade. Vício de parte do ato	321
4.13.9.5.	Ineficácia dos atos dependentes do anulado e ausência de repercussão, em relação aos atos independentes	321
4.13.9.6.	Decretação da nulidade e manutenção dos efeitos do ato.....	322
4.13.9.7.	Repetição ou retificação de atos processuais viciados	322
4.13.9.8.	Ausência de prejuízo, apesar do vício processual. Transcendência. Ausência de intimação do Ministério Público	322
4.13.9.9.	Vício da citação ou intimação e ineficácia do processo	323
4.14.	Distribuição e registro	323
4.14.1.	Aspectos gerais	323
4.14.2.	Livre distribuição e garantias constitucionais do processo ...	324
4.14.3.	Distribuição autônoma e “por dependência” (atribuição)	325
4.14.3.1.	Regra geral	325
4.14.3.2.	Relação entre causas e competência do juízo prevento	326
4.14.3.3.	Reiteração de ações idênticas ou análogas	326
4.15.	Valor da causa.....	328
4.15.1.	Repercussão processual e patrimonial da definição do valor da causa.....	328
4.15.2.	Definição do valor da causa	328
4.15.2.1.	Impossibilidade de aferição imediata do valor da causa	328
4.15.2.2.	Critérios a serem considerados na definição do valor da causa	328
4.15.2.3.	Aspectos procedimentais.....	330

4.15.2.3.1.	Indicação do valor da causa na petição inicial ou de reconvenção...	330
4.15.2.3.2.	Correção <i>ex officio</i> do valor da causa, pelo juiz.....	330
4.15.2.3.3.	Impugnação ao valor da causa	331
5.	Formação, Suspensão e Extinção do Processo	331
5.1.	Formação do processo.....	331
5.1.1.	Demanda e citação	331
5.1.2.	Momento da propositura da ação.....	332
5.2.	Suspensão do processo	332
5.2.1.	Suspensão própria e imprópria.....	332
5.2.2.	Hipóteses de suspensão do processo.....	333
5.3.	Extinção do processo.....	337
5.3.1.	Deve-se evitar, sempre que possível, a extinção do processo sem resolução do mérito	337
5.3.2.	Sentença	338

CAPÍTULO II – PROCESSO DE CONHECIMENTO. PROCEDIMENTO COMUM

1.	Perfis gerais.....	341
1.1.	Processo de conhecimento, cumprimento de sentença e procedimentos especiais	341
1.2.	Ações de conhecimento “puras” e procedimento comum.....	341
1.3.	Técnicas contempladas no procedimento comum e no cumprimento de sentença	342
1.4.	Aplicação subsidiária das regras do procedimento comum a outros procedimentos	343
1.5.	Opção entre procedimento comum (e respectivo cumprimento de sentença) e de execução.....	343
1.6.	“Fases” do procedimento comum	344
2.	Propositura da demanda	345
2.1.	Inércia da jurisdição e demanda.....	345
2.2.	Petição inicial	346
2.2.1.	Veiculação do pedido e da causa de pedir na petição inicial. Repercussão ao longo do processo	346
2.2.2.	Elementos formais e endereçamento	347
2.2.3.	Partes	347
2.2.4.	“Fatos e fundamentos jurídicos do pedido”	348
2.2.4.1.	Causa de pedir próxima e remota, ativa e passiva	348

2.2.4.2.	Fatos simples e causa de pedir	350
2.2.4.3.	Substanciação e individualização. Substanciação restrita	350
2.2.4.4.	<i>Iura novit curia. Da mihi factum dabo tibi ius</i>	351
2.2.4.5.	O uso da jurisprudência como referencial, pelas partes. Admissibilidade e inépcia. Argumentação e convencimento judicial	352
2.2.4.6.	Indicação das obrigações em torno das quais se litiga e do valor incontroverso como requisito específico da petição inicial	353
2.2.5.	Pedido.....	354
2.2.5.1.	Pedidos imediato e mediato.....	354
2.2.5.2.	Precisão do pedido imediato (“pedido certo”). Interpretação e boa-fé	354
2.2.5.3.	Pedido mediato determinado ou indeterminado (genérico).....	355
2.2.5.4.	Pedido de obrigações alternativas (“pedido alternativo”).....	356
2.2.6.	Cumulação de ações	356
2.2.6.1.	Cumulação objetiva e subjetiva, originária e superveniente, simples e sucessiva.....	356
2.2.6.2.	Requisitos	357
2.2.6.3.	Cumulação aparente ou imprópria	358
2.2.6.3.1.	Pedidos apresentados em ordem subsidiária (“cumulação” subsidiária, ou eventual).....	358
2.2.6.3.2.	Pedidos apresentados alternativamente (“cumulação” alternativa).....	359
2.2.7.	Indicação de provas	359
2.2.8.	Requerimento expresso e específico para a citação do réu não é requisito formal da petição inicial.....	360
2.2.9.	Opção pela realização ou não de audiência de conciliação ou mediação.....	360
2.2.10.	Documentos que devem instruir a petição inicial.....	361
2.3.	Alteração dos elementos da ação após a propositura da demanda.....	362
2.3.1.	Estabilização dos elementos da ação. Regra geral.....	362

2.3.2.	Alteração e aditamento do pedido e da causa de pedir, até a citação e após esta, mas até o saneamento do feito. Alteração de fundamentos legais.....	362
2.3.3.	Alteração, aditamento ou realização de novo pedido após a revelia	363
2.3.4.	Alteração e aditamento do pedido e da causa de pedir após o saneamento do feito	363
2.3.5.	Alteração das partes após a propositura da ação.....	364
3.	Atividade jurisdicional preliminar. Da admissibilidade da demanda à possível solução do mérito	365
3.1.	Atividade liminar desenvolvida pelo juiz, quanto aos requisitos processuais e quanto ao mérito.....	365
3.2.	Juízo de admissibilidade da demanda.....	365
3.2.1.	Noções gerais.....	365
3.2.2.	Juízo de admissibilidade ordinatório. Emenda da petição inicial. Dever de prevenção	366
3.2.3.	Juízo de admissibilidade negativo. Indeferimento da petição inicial	367
3.2.3.1.	Aspectos gerais.....	367
3.2.3.2.	Requisitos da demanda. Teorias da asserção (ou <i>della prospettazione</i>) e da exposição (exame em concreto).....	367
3.2.3.3.	Inépcia da petição inicial	368
3.3.	Improcedência liminar do pedido	369
3.3.1.	Paralelo entre o CPC/2015 e o CPC/1973	369
3.3.2.	Contrariedade manifesta à norma jurídica. A jurisprudência como referencial	370
3.3.3.	A precisão da norma, tal como revelada pela jurisprudência. Precisão da sentença de improcedência liminar, fundada em enunciado de súmula ou julgamento de casos repetitivos	371
3.3.4.	Improcedência liminar, em caso de decadência ou prescrição.....	372
3.4.	Apelação contra a decisão que indefere a petição inicial ou julga improcedente, liminarmente, o pedido.....	372
3.5.	Juízo de admissibilidade positivo e citação do réu, para comparecer à audiência de conciliação ou de mediação ou para responder.....	374
3.5.1.	Juízo de admissibilidade positivo da demanda. Ausência de decisão “implícita” sobre os requisitos da ação	374

3.5.2.	Citação do réu para comparecer à audiência de conciliação ou mediação ou para contestar	374
3.5.3.	Não realização da audiência por vontade de uma ou de ambas as partes. As redações dos arts. 334, § 4º, I do CPC e 27 da Lei 13.140/2015	375
3.5.4.	Causas que não admitem autocomposição	377
3.5.5.	Prazos mínimo e máximo para a realização de audiência de conciliação ou mediação. Frustração dos objetivos da lei, face a realidade do Poder Judiciário brasileiro.....	378
3.5.6.	Realização da audiência de conciliação ou mediação	379
4.	Atitudes do réu: inação, reação e demanda	380
4.1.	Visão geral. Abrangência da contestação no CPC.....	380
4.2.	Reação: apresentação de defesa na contestação.....	382
4.2.1.	Defesa, contraditório e direito de ação, fundamento da defesa e causa de pedir.....	382
4.2.2.	Variações da defesa	383
4.2.3.	Princípio da eventualidade	384
4.2.3.1.	Concentração da defesa	384
4.2.3.2.	Apresentação de novas alegações pelo réu após a contestação	385
4.2.4.	Defesa processual.....	385
4.2.4.1.	Preliminares ao mérito.....	385
4.2.4.2.	Variações procedimentais subsequentes à apresentação de defesa processual.....	386
4.2.4.3.	Resolução imediata da questão ou postergação para momento processual posterior. O problema da alegação de incompetência.....	386
4.2.4.4.	Primazia do juízo arbitral ao estatal. Necessidade de solução imediata da questão.....	387
4.2.4.5.	Manifestação <i>ex officio</i> sobre matérias de defesa processual como regra. Ausência de alegação de convenção de arbitragem ou de incompetência relativa. Respeito à autonomia de vontade das partes.....	388
4.2.4.6.	Litispêndência e coisa julgada. Teorias da tríplice identidade e da identidade da relação jurídica material.....	389
4.2.4.7.	Correção da legitimidade no polo passivo	390
4.2.4.8.	Alegação de incompetência relativa	390
4.2.5.	Defesa substancial ou de mérito	391

4.2.6.	Ônus da impugnação especificada.....	392
4.3.	Demanda: apresentação de reconvenção na contestação.....	393
4.3.1.	Natureza da reconvenção. Pedido contraposto e ação dúplice. Aproximações e distinções.....	393
4.3.2.	Reconvenção e contestação.....	394
4.3.3.	Cumulação superveniente de ações.....	394
4.3.4.	Partes na reconvenção.....	395
4.3.5.	Conexão para a reconvenção.....	395
4.3.6.	Ausência de interesse em reconvir, se o mesmo resultado prático puder ser obtido pelo réu através da defesa apresentada na contestação.....	396
4.3.7.	Juízo de admissibilidade da reconvenção e emenda. Resposta do reconvinco. Contraditório e julgamento.....	397
4.4.	Inércia do réu: ausência de contestação e revelia.....	398
4.4.1.	Revelia e efeitos da revelia.....	398
4.4.2.	Hipóteses em que não se presumem verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor.....	399
4.4.3.	Presunção da veracidade das alegações do autor e improcedência do pedido.....	400
4.4.4.	<i>Status</i> processual do réu revel.....	400
5.	Providências preliminares, julgamento conforme o estado do processo, saneamento e organização do processo.....	402
5.1.	Providências preliminares.....	402
5.1.1.	Finalidade.....	402
5.1.2.	Ocorrência de revelia, mas não de seus efeitos. Direito do revel à prova.....	403
5.1.3.	Defesa do réu, contraditório e saneamento.....	404
5.2.	Julgamento conforme o estado do processo.....	405
5.2.1.	Visão geral.....	405
5.2.2.	“Extinção do processo”, com base no art. 354 do CPC.....	405
5.2.3.	Julgamento “antecipado”, total ou parcial, do mérito.....	406
5.2.3.1.	Julgamento imediato do mérito.....	406
5.2.3.2.	Desnecessidade de produção de provas em audiência. Revelia.....	407
5.2.3.3.	Julgamento imediato do mérito e cerceamento de defesa.....	407
5.2.3.4.	Julgamento parcial do mérito.....	408
5.3.	Saneamento e organização do processo.....	409

5.3.1.	Métodos difuso e concentrado de saneamento.....	409
5.3.2.	Objetivo do saneamento realizado <i>ex vi</i> do art. 357 do CPC ...	410
5.3.3.	Iniciativa e forma do saneamento e organização do processo. Decisão unilateral do juiz. Negócio jurídico processual realizado em cooperação entre todos os sujeitos processuais.....	410
6.	Audiência de instrução e julgamento.....	412
6.1.	Produção de provas em audiência de instrução	412
6.2.	Intimação das partes e prazo mínimo a ser observado para a realização da audiência. Adiamento ou antecipação	413
6.3.	Audiência <i>una</i> e contínua. Cindibilidade. Suspensão e prosseguimento.....	414
6.4.	Direção da audiência de instrução pelo juiz. Autocomposição e outros meios de solução de conflitos	415
6.5.	Ordem da produção das provas em audiência.....	415
6.6.	Razões finais	416
6.7.	Julgamento na audiência.....	417
6.8.	Documentação da audiência	418
7.	Provas	418
7.1.	Identificação de qual das versões da realidade encontra correspondência nas provas.....	418
7.2.	Direito à prova.....	420
7.3.	Ação para a produção de provas e produção antecipada de provas	421
7.3.1.	Direito autônomo à prova	421
7.3.2.	Ação probatória autônoma e antecipação incidental de produção de prova no curso do processo	423
7.3.3.	Amplitude da realização da prova, na ação probatória. Limites da cognição judicial	423
7.3.4.	Competência para a ação probatória	424
7.4.	Realização da prova	425
7.4.1.	Proposição, admissão, produção e valoração das provas. Provas pré-constituídas e constituendas.....	425
7.4.2.	Direito das partes à prova e poderes instrutórios do juiz.....	425
7.4.3.	Provas inadmissíveis ou inúteis	427
7.4.3.1.	Provas obtidas por meios ilícitos.....	427
7.4.3.2.	Provas desnecessárias, inúteis ou irrelevantes	429
7.4.4.	Realização das provas pré-constituídas e das provas constituendas.....	429

7.4.5.	Dever de cooperação	430
7.4.5.1.	Abrangência	430
7.4.5.2.	Direito da parte de não produzir prova contra si própria.....	430
7.4.5.3.	Condução coercitiva para coleta de material genético.....	431
7.5.	Objeto da prova.....	432
7.5.1.	Fatos jurídicos e fatos simples.....	432
7.5.2.	Fatos que não dependem de prova	432
7.5.3.	Distinção entre fato admitido e fato confessado	433
7.5.4.	Fato notório. Precisos conceituais. Informações disponíveis na internet	433
7.5.5.	Fato presumido	434
7.5.6.	Presunção de prejuízo em ilícito relativo à imagem e à moral	435
7.5.7.	Prova de teor e vigência de direito municipal, estadual, estrangeiro ou consuetudinário.....	435
7.6.	Ônus da prova	436
7.6.1.	Ônus “objetivo” e “subjetivo”, ou como “regra de julgamento” ou “de conduta”. Repartição do ônus da prova	436
7.6.2.	Presunções e inversão do ônus da prova.....	437
7.6.3.	Distribuição dinâmica do ônus da prova. Teoria das cargas probatórias dinâmicas	438
7.6.4.	Prova de fato negativo.....	440
7.6.5.	Teoria da verossimilhança preponderante (redução do módulo de prova) e ônus da prova	441
7.7.	Valoração da prova	442
7.7.1.	Prova e fundamentação racional.....	442
7.7.2.	Do sistema da prova legal ao da íntima convicção. “Livre convencimento” motivado.....	443
7.7.3.	Hierarquia entre provas. Formalidades <i>ad probationem</i> e <i>ad solemnitatem</i>	444
7.7.4.	“Aquisição” (ou “comunhão”) da prova	444
7.7.5.	Regras de experiência	445
7.7.6.	Apreciação da prova e “convencimento” do juiz. Funções retórica e epistêmica da prova.....	446
7.7.7.	Desvios cognitivos	446
7.7.8.	Amplitude e profundidade da valoração da prova	447
7.7.9.	Modelos de constatação (<i>standards</i> de prova)	448

7.8.	Tipicidade e atipicidade dos meios de prova.....	449
7.8.1.	Meios de prova e procedimento destinado à sua produção...	449
7.8.2.	Prova estatística.....	450
7.8.3.	Prova por amostragem	450
7.8.4.	Prova emprestada.....	451
7.9.	Provas típicas.....	452
7.9.1.	Considerações gerais	452
7.9.2.	Ata notarial	452
7.9.3.	Depoimento pessoal	453
7.9.4.	Confissão	454
7.9.4.1.	Natureza e figuras afins	454
7.9.4.2.	Confissão espontânea (judicial ou extrajudicial) ou provocada. Pena de confesso	455
7.9.4.3.	Limites e efeitos da confissão.....	456
7.9.4.4.	Indivisibilidade da confissão	457
7.9.4.5.	Revogação e anulação da confissão.....	458
7.9.5.	Exibição de documento ou coisa	458
7.9.6.	Prova documental.....	461
7.9.6.1.	Conceito de documento.....	461
7.9.6.2.	Documento físico e eletrônico	462
7.9.6.3.	Documentos particulares (ou privados) e públicos. Fé pública	463
7.9.6.4.	Documento <i>ad probationem</i> e <i>ad solemnitatem</i>	464
7.9.6.5.	Autenticidade do documento	464
7.9.6.6.	Valor probante do documento (público ou particular) e das declarações nele constantes. Declarações dispositivas e enunciativas (diretas e indiretas)	465
7.9.6.7.	Originais, reproduções e cópias	467
7.9.6.8.	Cartas e registros domésticos. Livros empresariais. Dever de exibição	467
7.9.6.9.	Realização da prova documental e repartições públicas. Ordem judicial. Sigilo	468
7.9.6.10.	Realização da prova documental pelas partes e contraditório	469
7.9.6.11.	Arguição de falsidade	470
7.9.6.12.	Cessação da fé de documento	471
7.9.7.	Prova testemunhal	472

7.9.7.1.	Testemunha e memória.....	472
7.9.7.2.	Admissibilidade da prova testemunhal.....	473
7.9.7.3.	Produção da prova testemunhal.....	474
7.9.7.4.	Oitiva da testemunha. Cuidados. Perguntas inadmissíveis. Falsas memórias. Valoração do depoimento testemunhal.....	478
7.9.8.	Prova pericial.....	480
7.9.8.1.	Prova científica ou técnica.....	480
7.9.8.2.	Prova pericial. Exame, vistoria e avaliação.....	480
7.9.8.3.	Admissibilidade da prova pericial.....	481
7.9.8.4.	Prova técnica simplificada.....	482
7.9.8.5.	Perito. Indicação do perito pelas partes (“perícia consensual”).....	483
7.9.8.6.	Quesitos.....	486
7.9.8.7.	Realização da perícia e apresentação do laudo....	486
7.9.8.8.	Valoração da perícia realizada.....	488
7.9.9.	Inspeção Judicial.....	489
8.	Sentença.....	490
8.1.	Advertência. Conceito de sentença e âmbito de incidência dos arts. 485 e 487 do CPC.....	490
8.2.	Sentenças terminativas (ou processuais) e definitivas (ou de mérito)....	491
8.2.1.	Variações.....	491
8.2.2.	Decisão terminativa.....	491
8.2.2.1.	Sentença e decisão interlocutória terminativa.....	491
8.2.2.2.	Função dos requisitos processuais.....	492
8.2.2.3.	Abordagem funcional dos requisitos processuais. Requisitos dispensáveis e indispensáveis.....	493
8.2.2.4.	Dogma da prioridade do exame dos requisitos processuais. Preponderância do exame do mérito.....	494
8.2.2.5.	Ausência de requisitos processuais e prolação de decisão terminativa. As hipóteses previstas no art. 485 do CPC.....	495
8.2.2.6.	Recurso contra decisão terminativa e juízo de retratação.....	497
8.2.2.7.	Decisão terminativa e impedimento à repositura da ação.....	497

8.2.2.8.	Proibição ao novo exercício do direito de demandar como sanção pelo abandono da causa....	498
8.2.3.	Decisão definitiva	498
8.2.3.1.	Sentença ou decisão interlocutória sobre o mérito.....	498
8.2.3.2.	Decisão sobre o objeto litigioso.....	499
8.2.3.3.	Decisão de mérito homologatória.....	499
8.2.3.4.	Decisão sobre a decadência ou a prescrição.....	499
8.3.	Elementos e efeitos da sentença.....	500
8.3.1.	Elementos essenciais de sentença e de outras decisões judiciais, definitivas (de mérito) ou terminativas (processuais).....	500
8.3.2.	Relatório, fundamentos e dispositivo	500
8.3.3.	Consequência da ausência de elementos essenciais	501
8.3.4.	“Questão de fato e de direito” e “questão principal”	502
8.3.5.	Questões prévias (preliminares e prejudiciais) e subordinadas (ou dependentes)	503
8.3.6.	Decisão certa e relação jurídica condicional.....	503
8.3.7.	Correlação entre pedido (e causa de pedir) e julgamento. Decisões <i>infra</i> (ou <i>citra</i>), <i>ultra</i> ou <i>extra petita</i>	504
8.3.8.	Fato ou direito superveniente e fato de conhecimento superveniente	504
8.4.	Julgamento de ações relativas a obrigação de pagar quantia em dinheiro.....	505
8.4.1.	Pedido genérico e condenação líquida	505
8.4.2.	Fracionamento da decisão sobre o mérito.....	505
8.4.3.	Hipoteca judiciária	506
8.5.	Julgamento de ações relativas a prestações de fazer, de não fazer e de entregar coisa.....	507
8.5.1.	Tutelas típica e atípica de deveres de fazer e de não fazer	507
8.5.2.	Dever de entregar coisa. Tutelas típica e atípica	507
8.5.3.	Tutela específica e resultado prático equivalente.....	508
8.5.4.	Variações das tutelas preventiva e repressiva: tutelas inibitória, ressarcitória, pelo equivalente, em forma específica (tutela reintegratória e de reparação em forma específica). Perdas e danos e multa.....	509
8.5.5.	Tutela contra o ilícito e desnecessidade de demonstração da ocorrência de dano ou da existência de culpa ou dolo	511

8.5.6.	Sentença proferida na ação que tem por objeto emissão de declaração de vontade.....	512
8.6.	Correção da sentença pelo próprio juiz, após sua prolação.....	513
8.7.	Interpretação da decisão judicial	514
8.8.	Remessa necessária.....	514
9.	Coisa julgada	515
9.1.	Fundamentos e conceito	515
9.2.	Funções positiva e negativa.....	516
9.3.	Coisa julgada e preclusão. Questões já decididas e preclusão “ <i>pro judicato</i> ”. Relação jurídica de trato continuado.....	517
9.4.	Limites objetivos da coisa julgada	519
9.5.	Limites subjetivos da coisa julgada	520
10.	“Fases” de liquidação e de cumprimento de sentença	521

CAPÍTULO III – PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO CONTENCIOSA E VOLUNTÁRIA

1.	Aspectos gerais	523
2.	Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa.....	524
2.1.	Ação de consignação em pagamento	524
2.1.1.	Consignação extrajudicial e judicial em pagamento.....	524
2.1.2.	Demanda de consignação judicial.....	525
2.1.3.	Defesa do réu. Extensão e profundidade da cognição judicial.....	526
2.1.4.	Julgamento.....	527
2.2.	Ação de exigir contas	528
2.2.1.	Direito de exigir contas.....	528
2.2.2.	Apresentação da demanda	528
2.2.3.	Resposta do réu e desdobramentos	528
2.2.4.	Natureza da sentença	529
2.3.	Ações possessórias.....	530
2.3.1.	Tutela processual da posse	530
2.3.2.	Ameaça e tutela preventiva da posse. Interdito proibitório ...	530
2.3.3.	Lesão à posse. Turbação e esbulho, manutenção e reintegração	531
2.3.4.	Proteção integral e dinâmica à posse. Fungibilidade	531
2.3.5.	Demanda possessória. Natureza executiva	532
2.3.6.	Juízos possessório e petitório.....	532

2.3.7.	Ação possessória contra grande número de pessoas, conhecidas ou não. Multidão de citandos. Intimação do Ministério Público e da Defensoria Pública.....	533
2.3.8.	Tutelas de urgência e de evidência da posse	534
2.3.9.	Liminar. Prova da posse. Justificação. Mediação, em litígio coletivo pela posse de imóvel.....	534
2.4.	Ações de divisão e de demarcação de terras particulares.....	536
2.4.1.	Ações divisórias. Demarcação e divisão	536
2.4.2.	Princípio da especialidade e georreferenciamento.....	537
2.4.3.	Demarcação e divisão extrajudiciais, consensuais ou por procedimento administrativo.....	538
2.4.4.	Demarcação.....	539
2.4.5.	Divisão	542
2.5.	Ação de dissolução parcial de sociedade	543
2.5.1.	Precisões terminológicas. Natureza da ação	543
2.5.2.	Propositura da demanda. Requisitos. Cumulação de ações	544
2.5.3.	Citação e resposta. Juros.....	545
2.5.4.	Liquidação da quota e apuração de haveres sociais.....	546
2.6.	Inventário e partilha	548
2.6.1.	Finalidade e natureza do inventário.....	548
2.6.2.	Inventário extrajudicial	549
2.6.3.	Requerimento de inventário	549
2.6.4.	Administrador provisório e inventariante	550
2.6.5.	Primeiras declarações.....	552
2.6.6.	Citações e impugnações	553
2.6.7.	Colações.....	553
2.6.8.	Avaliação e cálculo do imposto. Últimas declarações.....	554
2.6.9.	Pagamento das dívidas	555
2.6.10.	Partilha.....	556
2.6.11.	Desfazimento da partilha. Anulação e rescisão	557
2.6.12.	Sobrepilha	557
2.6.13.	Arrolamento sumário. Alvará judicial.....	558
2.7.	Embargos de terceiro.....	559
2.7.1.	Finalidade. “Terceiro”	559
2.7.2.	Prazo para a oposição dos embargos de terceiro	560
2.7.3.	Apresentação da demanda	561
2.7.4.	Liminar.....	561

2.7.5.	Citação e resposta.....	561
2.7.6.	Julgamento dos embargos de terceiro.....	563
2.8.	Oposição.....	563
2.8.1.	Natureza.....	563
2.8.2.	Aspectos procedimentais.....	564
2.9.	Habilitação.....	564
2.10.	Ações de família.....	566
2.10.1.	Disposições a serem observadas em ações de família.....	566
2.10.2.	Primazia da solução consensual da controvérsia.....	566
2.10.3.	Intervenção do Ministério Público.....	567
2.10.4.	Abuso ou alienação parental e depoimento de incapaz. Depoimento especial.....	568
2.11.	Ação monitória.....	569
2.11.1.	Técnica monitória.....	569
2.11.2.	Elementos da petição inicial.....	569
2.11.3.	Decisão que admite a pretensão monitória.....	570
2.11.4.	Cumprimento do mandado pelo réu.....	571
2.11.5.	Não cumprimento do mandado e não apresentação de defesa.....	571
2.11.6.	Apresentação de embargos à ação monitória pelo réu.....	572
2.12.	Homologação de penhor legal.....	573
2.13.	Regulação de avaria grossa.....	574
2.14.	Restauração de autos.....	575
3.	Procedimentos especiais de jurisdição voluntária.....	576
3.1.	Perfis gerais.....	576
3.1.1.	Natureza.....	576
3.1.2.	Regras processuais comuns.....	577
3.2.	Notificação e interpelação.....	579
3.3.	Alienação judicial.....	579
3.4.	Divórcio e separação consensuais, extinção consensual da união estável e alteração do regime de bens no matrimônio.....	580
3.4.1.	Dissolução consensual da sociedade e do vínculo conjugal e extinção consensual de união estável.....	580
3.4.2.	Alteração do regime de bens do casamento.....	581
3.5.	Testamentos e codicilos.....	581
3.6.	Herança jacente.....	582
3.7.	Bens de ausentes.....	583

3.8. Coisas vagas.....	583
3.9. Interdição.....	584
3.10. Tutela e curatela.....	588
3.11. Organização e fiscalização das fundações.....	589
3.12. Ratificação dos protestos marítimos e dos processos testemunháveis a bordo	589

CAPÍTULO IV – TUTELA PROVISÓRIA. TUTELAS CAUTELAR E ANTECIPADA, DE URGÊNCIA E DA EVIDÊNCIA

1. Perfil da Tutela Provisória no CPC/2015.....	591
1.1. Situações que exigem atuação jurisdicional mais rápida, ainda que fundada em cognição sumária, à luz da Constituição.....	591
1.2. Tutelas “provisórias”. Tutelas de urgência e de evidência.....	592
1.3. Tutelas antecedente (<i>ante causam</i>) ou incidental	593
1.4. Tutelas satisfativa, interinal e autônoma.....	593
2. Decisão sobre a tutela provisória	594
2.1. Fundamentação	594
2.2. “Poder geral” de cautela ou de antecipação de tutela. Amplitude no CPC/2015	595
2.3. Formas típicas de tutelas de urgência e de evidência e conflitos sociais e econômicos não contemplados pelo legislador	595
2.4. Particularmente o poder geral de cautela e sua evolução	596
2.4.1. Concepção tradicional (e restrita) de “poder geral” de cautela.....	596
2.4.2. Medidas cautelares típicas ou nominadas em face do “poder geral” de cautela.....	597
2.4.3. “Medida idônea para assecuração do direito”. O rol exemplificativo de medidas apresentado pelo art. 301 do CPC. Substituição por caução.....	599
2.4.4. Fungibilidade entre medidas cautelares. <i>Da mihi factum, dabo tibi ius</i>	601
2.4.5. “Poder geral” de cautela e concessão de medidas assecuratórias <i>ex officio</i>	602
2.5. Requisito negativo para a tutela antecipada: irreversibilidade dos efeitos	602
2.5.1. Irreversibilidade dos efeitos e vedação à concessão de liminar de urgência de natureza antecipatória. <i>Periculum in mora</i> “inverso”	602

2.5.2.	Comparação entre bens jurídicos. Irreversibilidade dos efeitos antecipados <i>versus</i> irreversibilidade dos efeitos decorrentes da não antecipação.....	603
2.5.3.	Irreversibilidade e tutelas satisfativas autônomas	604
2.6.	Antecipação dos efeitos da tutela em ações de conhecimento declaratórias e constitutivas.....	604
3.	Competência e tutela provisória.....	605
3.1.	Aspectos gerais.....	605
3.2.	Resiliência da regra prevista no art. 299 do CPC e tutela requerida em caráter antecedente.....	606
3.3.	Tutela requerida em caráter antecedente e prevenção	607
3.4.	Tutela requerida nos tribunais.....	607
3.5.	Juízo arbitral e tutelas de evidência e de urgência.....	608
4.	Efetivação da decisão que concede tutela provisória. Atipicidade dos meios de realização das tutelas de urgência e de evidência	609
5.	Tutela de urgência	610
5.1.	Tutelas antecipada e cautelar: aproximações, distinções e “fungibilidade”	610
5.2.	Provisoriedade da tutela de urgência ou de evidência. Distinção entre provisoriedade (da tutela satisfativa) e temporariedade (da tutela cautelar).....	612
5.3.	<i>Periculum</i>	613
5.3.1.	Perigo de dano e perigo de demora	613
5.3.2.	Probabilidade do direito. Urgência e sumariedade da cognição. <i>Fumus boni iuris</i>	613
5.3.3.	Sumariedade da cognição sobre o <i>periculum</i> . Sentido de “urgência”.....	614
5.3.4.	Qualidade da cognição sobre <i>fumus</i> e <i>periculum</i> , tutela antecipada e cautelar.....	614
5.3.5.	Importância do bem jurídico tutelado: entre <i>fumus</i> e <i>periculum</i>	615
5.3.6.	Interação entre <i>fumus boni iuris</i> e <i>periculum</i>	615
5.4.	Prestação de caução (contracautela).....	616
5.5.	Liminar inaudita altera parte e contraditório diferido. Indeferimento da liminar e concessão posterior, no curso do processo	617
5.6.	Audiência de justificação prévia.....	617
5.7.	Responsabilidade objetiva do demandante.....	618
6.	Tutela antecipada requerida em caráter antecedente	618

6.1.	Tutela antecipada contemporânea à propositura da ação.....	618
6.1.1.	Tutela <i>ante causam</i> ?	618
6.1.2.	Concessão da liminar e aditamento da petição inicial. “Confirmação” do pedido. Correção do valor da causa e custas	619
6.1.3.	Concessão da liminar e não aditamento da petição inicial. Extinção do processo com perda da eficácia da liminar <i>versus</i> extinção do processo com estabilização da liminar concedida	620
6.1.4.	Indeferimento da liminar e “emenda” da petição inicial. Possibilidade de aditamento	620
6.1.5.	Pedido de natureza cautelar realizado sob a denominação de tutela antecipada. “Fungibilidade” e adequação procedimental	621
6.2.	“Estabilização” da tutela concedida em caráter antecedente	621
6.2.1.	Das “cautelares satisfativas” às tutelas satisfativas autônomas	621
6.2.2.	Satisfatividade, tutelas de urgência e de evidência. Abrangência do regime previsto no art. 304 do CPC	622
6.2.3.	Ausência de instrumentalidade (ou instrumentalidade atenuada) da tutela satisfativa autônoma	622
6.2.4.	Ultratividade da tutela satisfativa autônoma e desnecessidade de apresentação de pedido principal	623
6.2.5.	Provisoriedade e estabilidade dos efeitos da decisão. Inexistência de coisa julgada.....	623
6.2.6.	Inexistência de ônus de apresentação de pedido principal ou de ajuizamento de ação voltada à obtenção de pronunciamento judicial fundado em cognição exauriente. Iniciativa que pode ser tomada por qualquer das partes.....	625
7.	Tutela cautelar requerida em caráter antecedente	626
7.1.	Pedido de tutela cautelar em caráter antecedente. Petição inicial com pedido de tutela cautelar e posterior aditamento, com acréscimo do pedido principal.....	626
7.2.	“Fungibilidade” entre tutela cautelar e tutela antecipada. Adequação procedimental do requerimento de tutela de urgência.....	627
7.3.	Citação, resposta do réu e revelia	627
7.4.	Cautelar <i>ante causam</i> e apresentação do pedido principal. Cumulação sucessiva de pedidos. Aditamento do pedido e causa de pedir cautelar.....	628
7.5.	Termo inicial do prazo para apresentação do pedido principal.....	628

7.6.	Intimação do pedido principal e prazo para apresentação de resposta. Variações, em se tratando de procedimentos distintos do comum	629
7.7.	Cessação da eficácia da tutela cautelar concedida em caráter antecedente.....	629
7.8.	Sentença cautelar e coisa julgada.....	630
8.	Tutela da evidência.....	631
8.1.	Amplitude da tutela de evidência no CPC/2015.....	631
8.2.	Presença de urgência e tutela da evidência.....	632
8.3.	Abuso do direito de defesa ou manifesto propósito protelatório da parte.....	632
8.4.	Tese jurídica pacificada na jurisprudência sobre fatos comprovados documentalmente.....	633
8.5.	Pedido reipersecut�rio fundado em prova documental do contrato de depósito.....	634
8.6.	Não oposição de prova, pelo réu, capaz de gerar d�vida razoável a respeito de fatos constitutivos comprovados documentalmente pelo autor	634
8.7.	Evidência, tutela antecedente e estabilização. Tutela satisfativa autônoma.....	635

CAPÍTULO V – LIQUIDAÇÃO E CUMPRIMENTO DE SENTENÇ 

Considerações gerais	637	
1. Liquidação de sentenç�.....	638	
1.1.	Excepcionalidade da apuração da extensão da obrigação em demanda autônoma	638
1.2.	Autonomia da liquidação.....	638
1.3.	Liquidação: objeto e natureza	639
1.4.	Limites da cognição na liquidação	640
1.5.	Resultado da liquidação igual a zero.....	640
1.6.	Liquidação por arbitramento ou por procedimento comum.....	641
1.6.1.	Variação e cumulação das formas de liquidação	641
1.6.2.	Liquidação por arbitramento.....	641
1.6.3.	Liquidação pelo procedimento comum	642
1.7.	Liquidação de decisão provisória.....	643
1.8.	Liquidação de sentenç� coletiva.....	643
1.8.1.	Definição de outros elementos da obrigação, em relação ao titular do direito individual.....	643

1.8.2.	Reparação fluida e o fundo de defesa dos direitos coletivos.....	644
2.	Cumprimento e execução de sentença.....	646
2.1.	Aspectos comuns	646
2.1.1.	Cumprimento ou execução de decisão judicial?.....	646
2.1.2.	Cumprimento “definitivo” ou “provisório”. Cumprimento de decisão definitiva e cumprimento de decisão provisória	646
2.1.3.	Distinção entre cumprimento de decisão condenatória e de decisão executiva.....	647
2.1.4.	Intimação para cumprimento da sentença na pessoa do advogado do devedor, como regra	648
2.1.5.	Âmbito de aplicação das regras relativas ao cumprimento de sentença.....	649
2.1.6.	Títulos executivos judiciais	649
2.1.6.1.	Heterogeneidade do rol de títulos executivos judiciais	649
2.1.6.2.	Decisão condenatória.....	650
2.1.6.3.	Decisão declaratória como título executivo	650
2.1.6.4.	Condenação e obrigação sujeita a condição ou termo. Condenação para o futuro	651
2.1.6.5.	Crédito de auxiliar da justiça aprovado por decisão judicial.....	652
2.1.6.6.	Decisão homologatória de autocomposição.....	652
2.1.6.7.	Sentença penal condenatória.....	654
2.1.6.8.	Decisão arbitral	655
2.1.6.9.	Decisão estrangeira.....	655
2.1.7.	Competência	655
2.2.	Cumprimento de sentença definitiva que reconhece exigibilidade de obrigação de pagar quantia em dinheiro	656
2.2.1.	Demanda executiva	656
2.2.1.1.	Iniciativa do exequente	656
2.2.1.2.	Legitimidade para se demandar a execução de sentença	657
2.2.1.3.	Elementos formais e substanciais da petição de requerimento de cumprimento.....	657
2.2.2.	Juízo de admissibilidade. Verificação dos cálculos. Interrupção da prescrição	660
2.2.3.	Intimação do executado. Prazo para pagamento.....	660
2.2.4.	Pagamento parcial.....	661

2.2.5.	Medidas coercitivas admissíveis, no cumprimento de sentença.....	662
2.2.5.1.	Multa	662
2.2.5.2.	Protesto de decisão judicial transitada em julgado	663
2.2.5.3.	Inclusão do nome do executado em cadastros de inadimplentes.....	663
2.2.5.4.	Outras medidas executivas. Incidência da regra prevista no art. 139, IV do CPC.....	664
2.2.6.	Honorários no cumprimento de decisão que condena ao pagamento de quantia	664
2.2.7.	Formas de oposição do executado no cumprimento de sentença.....	664
2.2.7.1.	Impugnação ao cumprimento de sentença e arguição de matéria de defesa por simples petição (exceção de pré-executividade)	664
2.2.7.2.	Arguição de questões relativas à validade do cumprimento de sentença e dos atos executivos pelo executado nos próprios autos. Exceção de pré-executividade	665
2.2.7.3.	Matérias a serem arguidas na impugnação ao cumprimento de sentença. Defesa e ação através da impugnação ao cumprimento de sentença	666
2.2.7.4.	Impugnação à execução individual de sentença coletiva. Matérias a serem arguidas.....	667
2.2.7.5.	Excesso de execução. Impugnação e pagamento voluntário parciais.....	667
2.2.7.6.	“Inexigibilidade” de obrigação reconhecida em título executivo judicial fundado em norma considerada inconstitucional pelo STF	668
2.2.7.7.	Prazo para a oposição da impugnação.....	672
2.2.7.8.	Efeito suspensivo <i>ope judicis</i> da impugnação ao cumprimento de sentença.....	672
2.2.7.9.	Processamento e julgamento da impugnação ao cumprimento de sentença.....	673
2.2.7.10.	Coisa julgada da decisão que julga a impugnação	674
2.2.7.11.	Impugnação ao cumprimento de sentença e honorários advocatícios.....	674

2.2.8.	Pagamento realizado pelo réu antes de intimado para o cumprimento da sentença. “Execução invertida”	674
2.3.	Cumprimento de sentença provisória que reconhece exigibilidade de obrigação de pagar quantia em dinheiro	675
2.3.1.	Cumprimento provisório de sentença (ou execução de sentença provisória).....	675
2.3.2.	Requerimento de execução da sentença provisória	675
2.3.3.	Prestação de caução	676
2.3.4.	Cabimento da multa prevista no art. 523 do CPC e de honorários advocatícios	676
2.3.5.	Responsabilidade do exequente	677
2.3.6.	Modificação (reforma ou anulação) total ou parcial da decisão exequenda. Restituição das partes ao estado anterior.....	677
2.4.	Cumprimento da sentença que reconhece o dever de prestar alimentos	678
2.4.1.	Abrangência e medidas executivas cabíveis	678
2.4.2.	Juízo competente.....	679
2.4.3.	Intimação pessoal do executado.....	679
2.4.4.	Atitudes possíveis do executado	680
2.4.5.	Prisão civil como medida coercitiva	681
2.4.6.	Desconto em folha de pagamento e outros rendimentos do executado	682
2.4.7.	Cumprimento da decisão que condena a pagar alimentos por expropriação	683
2.4.8.	Constituição de capital	683
2.4.8.1.	Natureza e finalidade da constituição de capital....	683
2.4.8.2.	Aspectos procedimentais.....	683
2.5.	Cumprimento de sentença que reconhece obrigação de pagar quantia pela Fazenda Pública	684
2.6.	Cumprimento de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de fazer, não fazer e entregar coisa	686
2.6.1.	Atuação executiva dos deveres de fazer e de não fazer. Opções do demandante.....	686
2.6.2.	Deveres abrangidos pela regra.....	687
2.6.3.	Medidas executivas admissíveis	688
2.6.4.	A prisão civil como medida coercitiva.....	689
2.6.5.	Ordem judicial e crime de desobediência	689

2.6.6.	Execução direta (ou por sub-rogação) e resultado prático equivalente.....	690
2.6.7.	Intervenção judicial em empresa.....	691
2.6.8.	Multa	692
2.6.9.	Intimação	694
2.6.10.	Dever de entregar coisa	695

CAPÍTULO VI – PROCESSO DE EXECUÇÃO

1.	Perfis gerais.....	697
1.1.	Conceito de execução.....	697
1.2.	Jurisdição e execução.....	697
1.3.	Ações de conhecimento e ações de execução.....	699
1.4.	Princípios da execução	701
1.4.1.	Princípios de organização técnica.....	701
1.4.2.	Princípios da autonomia e do sincretismo entre cognição e execução.....	701
1.4.3.	Princípios da <i>nulla executio sine titulo</i> e da execução sem título permitida	703
1.4.4.	Princípios da tipicidade e da atipicidade das medidas executivas. Negócios jurídicos processuais sobre atos executivos	707
1.5.	Espécies de ações executivas.....	711
1.5.1.	Execução fundada em título extrajudicial e outras modalidades de ação executiva.....	711
1.5.2.	Opções do demandante.....	713
1.6.	Espécies de meios executivos. Execução direta (por sub-rogação) e indireta (por coerção).....	714
1.7.	Correlação entre a medida executiva (direta ou indireta) e o direito tutelado	716
1.8.	Direção formal e material do processo de execução	719
1.8.1.	Aspectos gerais sobre os poderes do juiz na direção do processo executivo	719
1.8.2.	Cognição judicial na execução	719
1.8.3.	Proporcionalidade. Menor onerosidade da medida executiva e máxima efetividade da execução	720
1.8.4.	Órgão judicial e auxiliares da justiça.....	721
1.9.	Dever de cooperação. Poderes de execução do juiz. Obtenção de informações necessárias à realização da execução. Sistemas de buscas patrimoniais. Indisponibilidade de bens	722

1.10.	Responsabilidade executiva.....	724
1.10.1.	Fundamentos.....	724
1.10.2.	Responsabilidade pessoal.....	724
1.10.3.	Responsabilidade patrimonial.....	725
1.10.3.1.	Conceito.....	725
1.10.3.2.	Responsabilidade patrimonial no plano objetivo....	725
1.10.3.3.	Responsabilidade patrimonial no plano subjetivo.....	726
1.10.3.3.1.	Responsabilidade primária e secundária.....	726
1.10.3.3.2.	Responsabilidade do fiador.....	727
1.10.3.3.3.	Responsabilidade do sócio.....	727
1.10.3.3.4.	Responsabilidade do espólio e dos herdeiros.....	728
1.10.4.	Fraude à execução.....	728
1.10.4.1.	Alienação ou oneração do bem no curso da ação. Ineficácia em relação ao exequente.....	728
1.10.4.2.	Bens sujeitos a registro público.....	729
1.10.4.3.	Ausência de averbação.....	731
1.10.4.4.	Bens não sujeitos a registro público.....	732
1.11.	Execução singular e universal.....	733
1.11.1.	Execução universal (ou geral).....	733
1.11.2.	Insolvência civil e falência.....	733
1.11.3.	Recuperação judicial de empresa.....	734
1.12.	Fases do processo de execução. Características comuns.....	735
2.	Propositura da demanda fundada em título extrajudicial.....	737
2.1.	Aspectos gerais.....	737
2.2.	Petição inicial.....	737
2.2.1.	Petição inicial na execução.....	737
2.2.2.	Definição do juízo competente.....	738
2.2.3.	Partes.....	739
2.2.3.1.	Aspectos gerais.....	739
2.2.3.2.	Legitimidade para promover a execução.....	739
2.2.3.2.1.	Regra geral.....	739
2.2.3.2.2.	Legitimidade derivada (ou superveniente).....	739
2.2.3.2.3.	Legitimidade do Ministério Público.....	740

2.2.3.3.	Legitimidade passiva para a execução	740
2.2.3.3.1.	Devedores e responsáveis como executados. Responsável como parte.....	740
2.2.3.3.2.	Redirecionamento da execução fiscal contra os sócios da pessoa jurídica executada	741
2.2.4.	Título executivo.....	742
2.2.4.1.	Execução fundada em título executivo extrajudicial e <i>nulla executio sine titulo</i> . Limites da cognição judicial	742
2.2.4.2.	Instrução da petição inicial com o título executivo	744
2.2.4.3.	Configuração do título executivo. Taxatividade. Tipicidade. Limite à incidência do art. 190 do CPC	745
2.2.4.4.	Vícios que impedem a formação total ou parcial do título. Correção ou emenda do ato	747
2.2.4.5.	Forma eletrônica dos títulos de crédito e configuração do título executivo. Assinatura eletrônica	747
2.2.4.6.	Conformação do ato à lei, para que seja considerado título executivo	748
2.2.4.7.	Elementos do direito veiculado no título executivo. Obrigação certa, líquida e exigível.....	750
2.2.4.8.	Demonstrativo de débito atualizado.....	753
2.2.4.9.	Demonstração de ocorrência de condição ou termo	754
2.2.4.10.	Pedido de tutela executiva.....	755
2.2.4.11.	Indicação de bens à penhora pelo exequente.....	755
2.2.4.12.	Requerimento de intimações.....	756
2.2.4.13.	Medidas urgentes.....	756
2.2.4.14.	Requerimento de outras medidas executivas a serem realizadas antes da citação	757
2.2.4.15.	Averbação da execução no registro público	757
3.	Atividade jurisdicional preliminar do órgão jurisdicional na execução. Da admissibilidade à possível rejeição da demanda executiva.....	758
3.1.	Noções gerais.....	758
3.2.	Juízo de admissibilidade ordinatório.....	758
3.3.	Juízo de admissibilidade negativo	759

3.4.	Rejeição liminar da demanda executiva	760
3.5.	Juízo de admissibilidade positivo e citação do executado	760
4.	Embargos à execução e outras formas de defesa do executado	761
4.1.	Meios de oposição à execução	761
4.2.	Defesa por simples petição nos próprios autos de execução (exceção de pré-executividade).....	762
4.3.	Ação de conhecimento autônoma.....	763
4.4.	Embargos à execução.....	763
4.4.1.	Variação sobre conteúdo e natureza.....	763
4.4.2.	Desnecessidade de penhora, depósito ou caução para a apresentação de embargos à execução	764
4.4.3.	Prazo para oposição	765
4.4.4.	Autuação em apartado.....	766
4.4.5.	Embargos à execução por carta	766
4.4.6.	Matérias argúveis nos embargos à execução	767
4.4.7.	Juízo de admissibilidade dos embargos	768
4.4.8.	Recebimento dos embargos à execução com efeito suspensivo.....	769
4.4.9.	Contraditório, instrução e julgamento	771
5.	Atos executivos.....	771
5.1.	Observações preliminares	771
5.2.	Execução por quantia certa.....	772
5.2.1.	Perfis gerais.....	772
5.2.1.1.	Obrigação de dar quantia em dinheiro.....	772
5.2.1.2.	Execução por sub-rogação (direta) e por coerção (indireta)	773
5.2.1.3.	Inclusão do nome do executado em cadastros de inadimplentes como medida coercitiva	773
5.2.1.4.	Incidência de medidas executivas previstas para a execução de título judicial na execução de título extrajudicial, após a declaração judicial de exigibilidade da obrigação	774
5.2.1.5.	Expropriação simples e por conversão de bens em dinheiro	775
5.2.1.6.	Modalidades de atos de expropriação. Ordem preferencial.....	776
5.2.2.	Início dos atos executivos.....	777
5.2.2.1.	Aspectos gerais.....	777

	5.2.2.1.1.	Localização dos atos executivos, ordinariamente, na fase instrutória ...	777
	5.2.2.1.2.	Atos executivos realizados na fase inicial do processo.....	779
	5.2.2.2.	Averbação da execução, antes da citação.....	780
	5.2.2.3.	Admissão da execução, determinação de citação e fixação de honorários advocatícios	782
	5.2.2.4.	Citação, não pagamento e realização de atos executivos. Variação do procedimento, em atenção à modalidade de citação observada	783
	5.2.2.5.	Citação e pagamento imediato ou em parcelas. Pagamento no curso do processo, com a remissão da execução.....	784
	5.2.2.6.	Não localização do executado para citação e arresto executivo. Conversão do arresto em penhora.....	787
5.2.3.	Penhora. Perfis gerais		788
	5.2.3.1.	Natureza jurídica	788
	5.2.3.2.	Penhora e direito de preferência.....	789
	5.2.3.3.	Bens que não se sujeitam à execução. Impenhorabilidades	789
	5.2.3.3.1.	Bens inalienáveis e impenhoráveis. Impenhorabilidade absoluta e relativa. Penhorabilidade secundária ou excepcional	789
	5.2.3.3.2.	Hipóteses de impenhorabilidade....	791
	5.2.3.4.	Utilidade da penhora.....	799
	5.2.3.5.	Ordem entre os bens que podem ser penhorados ...	800
	5.2.3.6.	Lugar de realização da penhora.....	802
	5.2.3.7.	Apreensão e depósito.....	803
	5.2.3.8.	Documentação e registro da penhora.....	804
	5.2.3.9.	Averbação de arresto ou penhora no registro competente	805
	5.2.3.10.	Intimações da penhora.....	805
	5.2.3.11.	Modificações da penhora.....	806
5.2.4.	Disciplinas específicas da penhora quanto a determinados bens.....		809
	5.2.4.1.	Considerações gerais.....	809
	5.2.4.2.	Penhora de dinheiro em depósito ou aplicação financeira por meio eletrônico. Penhora <i>online</i>	810

5.2.4.3.	Penhora de créditos	811
5.2.4.4.	Penhora de quota de sociedade empresária em execução movida contra sócio.....	813
5.2.4.5.	Penhora de empresa, de outros estabelecimentos e de semoventes	814
5.2.4.6.	Penhora de percentual de faturamento de empresa.....	815
5.2.4.7.	Penhora de frutos e rendimentos de coisa móvel ou imóvel	816
5.2.4.8.	Penhora de quota-parte de bem indivisível. Consequências quanto à avaliação e à expropriação.....	817
5.2.4.9.	Penhora e direito de superfície. Direito de laje	818
5.2.4.10.	Penhora de ativos virtuais. Criptoativos.....	818
5.2.5.	Avaliação.....	819
5.2.5.1.	Avaliação do bem e atos de expropriação.....	819
5.2.5.2.	Avaliação comum e especial. Avaliação realizada por oficial de justiça ou perícia realizada por avaliador	820
5.2.5.3.	Dispensa de avaliação pericial.....	820
5.2.5.4.	Laudo de avaliação.....	821
5.2.5.5.	Nova avaliação	821
5.2.5.6.	Modificação da penhora, em razão de alteração no valor do bem.....	822
5.2.6.	Atos de expropriação	822
5.2.6.1.	Adjudicação, alienação e apropriação	822
5.2.6.2.	Adjudicação.....	823
5.2.6.2.1.	Natureza	823
5.2.6.2.2.	Adjudicação e remição de bens.....	823
5.2.6.2.3.	Aspectos procedimentais	824
5.2.6.3.	Alienação forçada	825
5.2.6.3.1.	Natureza	825
5.2.6.3.2.	Alienação por iniciativa particular	827
5.2.6.3.3.	Alienação por leilão judicial eletrônico ou presencial de móveis ou imóveis	828
5.2.6.3.4.	Leiloeiro	828
5.2.6.3.5.	Atos preparatórios do leilão	829
5.2.6.3.6.	Licitação pública do bem.....	831

5.2.6.3.7.	Conclusão da arrematação, assinatura do auto e expedição de ordem de entrega de bem móvel ou de carta de arrematação de bem imóvel.....	834
5.2.6.3.8.	Remição.....	835
5.2.6.3.9.	Invalidação, ineficácia, resolução da arrematação. Desistência do arrematante.....	836
5.2.6.3.10.	Aspectos procedimentais do leilão judicial eletrônico.....	838
5.2.7.	Satisfação do crédito	840
5.2.7.1.	Tutela específica. <i>Aliud pro alio</i>	840
5.2.7.2.	Satisfação direta e indireta do crédito.....	841
5.2.7.3.	Entrega do dinheiro ao exequente e quitação	841
5.2.7.4.	Concurso singular de credores.....	842
5.3.	Execução para a entrega de coisa.....	844
5.3.1.	Medidas executivas admissíveis. Opção entre execução fundada em título extrajudicial e a via prevista nos arts. 498 e 538 do CPC	844
5.3.2.	Coisa incerta e concentração	845
5.3.3.	Alienação da coisa no curso da ação	845
5.3.4.	Liquidação incidental, no curso da execução fundada em título extrajudicial.....	846
5.3.5.	Satisfação da obrigação e extinção da execução	847
5.4.	Execução das obrigações de fazer ou de não fazer.....	847
5.4.1.	Medidas executivas admissíveis. Opção entre execução fundada em título extrajudicial e a via prevista nos arts. 497, 536 e 537 do CPC	847
5.4.2.	Obrigação de fazer	848
5.4.3.	Obrigação de não fazer	849
5.5.	Execução contra a Fazenda Pública	850
5.6.	Execução de alimentos	851
6.	Suspensão e extinção da execução.....	851
6.1.	Suspensão da execução.....	851
6.2.	Extinção da execução	853
6.2.1.	Visão geral.....	853
6.2.2.	Natureza da decisão que extingue a execução.....	854

6.2.3.	Extinção do processo de execução em razão da ausência de requisitos de admissibilidade. Correção do vício e ajuizamento de nova ação	854
6.2.4.	Desistência da execução e propositura de nova ação	855
6.2.5.	A causalidade (e não a sucumbência) como fundamento da responsabilidade pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios no processo de execução	855
6.2.6.	Execução frustrada e desistência do processo pelo exequente. Honorários advocatícios	857
6.2.7.	Prescrição intercorrente. Honorários advocatícios	860
6.2.8.	Declaração de que a obrigação foi satisfeita. Efeito liberatório em favor do executado	861
6.2.9.	Coisa julgada	861
6.2.10.	Execução indevida e ressarcimento ao executado	862

CAPÍTULO VII – RECURSOS E OUTROS MEIOS DE IMPUGNAÇÃO ÀS DECISÕES JUDICIAIS. PROCESSOS NOS TRIBUNAIS

1.	Meios de impugnação às decisões judiciais. Processos nos tribunais. Abrangência da disciplina	863
2.	Precedentes e jurisprudência no direito brasileiro. “Precedentes qualificados”. Precedente em sentido substancial e em sentido formal	863
3.	Recursos	868
3.1.	Perfis gerais	868
3.1.1.	Natureza	868
3.1.2.	Princípios fundamentais	869
3.1.2.1.	Princípios de organização técnica	869
3.1.2.2.	Duplo grau de jurisdição	870
3.1.2.3.	Colegialidade	871
3.1.2.4.	Taxatividade	871
3.1.2.5.	Unicidade (singularidade ou unirrecorribilidade)	872
3.1.2.6.	Fungibilidade. Instrumentalidade recursal	872
3.1.2.7.	Irrecorribilidade em separado das decisões interlocutórias	875
3.1.3.	Juízos de admissibilidade e de mérito	875
3.1.3.1.	Perfis gerais	875
3.1.3.2.	Competência para a realização dos juízos de admissibilidade e de mérito do recurso. Órgãos <i>a quo</i> e <i>ad quem</i>	877

3.1.3.3.	Vícios recursais sanáveis e insanáveis	878
3.1.3.4.	Requisitos dos recursos	879
3.1.3.5.	Juízo de mérito dos recursos. Vícios de atividade e de juízo. Reforma, anulação e integração da decisão recorrida	892
3.1.3.6.	Juízo de retratação	894
3.1.3.7.	Juízo de admissibilidade e de mérito do recurso interposto adesivamente	894
3.1.4.	Efeitos	895
3.1.4.1.	Efeitos devolutivo e translativo. <i>Reformatio in pejus</i> . Sucumbência recursal e honorários advocatícios	895
3.1.4.2.	Efeito substitutivo	900
3.1.4.3.	Efeito expansivo (ou extensivo) subjetivo ou objetivo (interno ou externo)	901
3.1.4.4.	Efeito suspensivo e antecipação dos efeitos da tutela recursal. Tutela provisória (de urgência e de evidência) em sede recursal	902
3.2.	Apelação	908
3.2.1.	Cabimento	908
3.2.1.1.	Apelação e agravo de instrumento: aproximações e distinções	908
3.2.1.2.	Cabimento de apelação contra sentença	908
3.2.1.3.	Cabimento de apelação contra decisão interlocutória	909
3.2.2.	Forma	912
3.2.3.	Procedimento em 1º grau de jurisdição	913
3.2.4.	Procedimento em 2º grau de jurisdição	914
3.2.4.1.	Atividades do relator	914
3.2.4.2.	Efeito suspensivo ou antecipação dos efeitos da tutela. Tutela provisória	915
3.2.4.3.	Julgamento da apelação. Amplitude do efeito devolutivo	917
3.3.	Agravo de instrumento	921
3.3.1.	Recursos contra decisões interlocutórias	921

3.3.2.	Cabimento restrito do agravo de instrumento. Taxatividade legal. A tese da “taxatividade mitigada”. Abrangência das hipóteses de cabimento do agravo de instrumento. Casos de incompatibilidade procedimental com o regime de impugnabilidade da decisão interlocutória apenas em apelação	921
3.3.3.	Mandado de segurança e outros sucedâneos recursais	925
3.3.4.	Forma	929
3.3.5.	Processamento, efeitos e julgamento do agravo de instrumento	931
3.4.	Agravo interno	933
3.4.1.	Natureza e cabimento	933
3.4.2.	Aspectos procedimentais	934
3.4.3.	Agravo interno manifestamente inadmissível ou “improcedente”. Fixação de multa	935
3.5.	Embargos de declaração.....	936
3.5.1.	Natureza, objeto e conteúdo	936
3.5.2.	Fundamentos.....	937
3.5.3.	Interrupção do prazo para interposição de outros recursos..	939
3.5.4.	Efeitos infringentes e contraditório	940
3.5.5.	Efeito suspensivo.....	940
3.5.6.	Processamento e julgamento	940
3.5.7.	Embargos de declaração protelatórios.....	941
3.5.8.	Embargos de declaração e prequestionamento.....	942
3.6.	Recurso ordinário	943
3.6.1.	Aspectos gerais	943
3.6.2.	Cabimento	944
3.6.3.	Efeitos	944
3.6.4.	Processamento	945
3.7.	Recursos extraordinário e especial	946
3.7.1.	Objeto e conteúdo	946
3.7.2.	Papel do STF e do STJ, desempenhado através do julgamento dos recursos extraordinário e especial, à luz do Código de Processo Civil de 2015	946
3.7.3.	Fundamentos do recurso	947
3.7.3.1.	Aspectos gerais.....	947

3.7.3.2.	Decisão final sobre questão de direito constitucional ou federal. Configuração do prequestionamento, à luz do Código de Processo Civil de 2015.....	948
3.7.3.3.	Divergência jurisprudencial e recurso especial...	951
3.7.3.4.	Pedido de reforma, invalidação ou integração da decisão recorrida.....	951
3.7.4.	Processamento dos recursos, no tribunal local.....	952
3.7.5.	Processamento dos recursos, nos tribunais superiores.....	955
3.7.5.1.	Interposição simultânea de recursos extraordinário e especial.....	955
3.7.5.2.	Recebimento de recurso extraordinário como recurso especial, e vice-versa.....	956
3.7.5.3.	Competência para decidir sobre a concessão de efeito suspensivo.....	958
3.7.6.	Juízos de admissibilidade e de mérito.....	959
3.7.6.1.	Distinção.....	959
3.7.6.2.	Desconsideração de vício formal do recurso e possibilidade de correção.....	960
3.7.6.3.	Fundamentação da decisão que não admite recurso especial, por ausência de dissídio jurisprudencial.....	960
3.7.6.4.	Juízo de mérito bifásico.....	961
3.7.7.	Efeitos devolutivo e translativo.....	962
3.7.8.	Repercussão geral da questão federal constitucional para o recurso extraordinário e relevância da questão federal infraconstitucional para o recurso especial.....	965
3.7.9.	Recursos extraordinário e especial repetitivos.....	968
3.8.	Agravo em recurso especial e em recurso extraordinário.....	976
3.9.	Embargos de divergência.....	977
3.9.1.	Natureza, objeto e conteúdo.....	977
3.9.2.	Demonstração da divergência.....	978
3.9.3.	Processamento dos embargos de divergência.....	979
4.	Ações autônomas de impugnação.....	980
4.1.	Ações autônomas de impugnação previstas no direito brasileiro. Aproximações e distinções entre tais ações e recursos.....	980
4.2.	Ação rescisória, ação anulatória e ação declaratória.....	981
4.2.1.	Natureza da ação rescisória.....	981
4.2.2.	Objeto e conteúdo da ação rescisória.....	982

4.2.3.	Fundamentos da ação rescisória.....	983
4.2.4.	Ação declaratória. Réu não citado.....	990
4.2.5.	Ação anulatória	990
4.2.6.	Prazo para ajuizamento da ação rescisória.....	991
4.2.7.	Demanda rescisória	995
4.2.7.1.	Libelo: fundamentos e pedido	995
4.2.7.2.	Legitimidade	995
4.2.7.3.	Tribunal competente para o julgamento da ação rescisória.....	997
4.2.7.4.	Valor da causa.....	997
4.2.7.5.	Depósito de valor que poderá ser convertido em multa	997
4.2.8.	Juízo de admissibilidade e improcedência liminar do pedido rescindente.....	998
4.2.9.	Suspensão dos efeitos da decisão rescindenda.....	998
4.2.10.	Processamento da ação rescisória. Resposta do réu, na ação rescisória. Efeito da revelia. Produção de provas. Razões finais	999
4.2.11.	Julgamento da ação rescisória.....	1000
4.2.11.1.	Admissibilidade e mérito da ação rescisória.....	1000
4.2.11.2.	Juízos rescindente e rescisório. Efeitos	1000
4.2.11.3.	Rejeição da ação rescisória. Reversão do valor depositado em favor do réu, a título de multa.....	1000
4.3.	Mandado de segurança contra ato judicial.....	1001
4.4.	Reclamação.....	1002
4.4.1.	Natureza, objeto e conteúdo	1002
4.4.2.	Cabimento da reclamação quando não observada tese firmada em recurso extraordinário com repercussão geral reconhecida, julgamentos de casos repetitivos e incidente de assunção de competência	1002
4.4.3.	Propositura e processamento.....	1003
4.4.4.	Julgamento.....	1004
5.	Outros processos nos tribunais	1004
5.1.	Aspectos gerais.....	1004
5.2.	Incidente de arguição de inconstitucionalidade.....	1004
5.2.1.	Arguição de inconstitucionalidade em controle difuso.....	1004
5.2.2.	Fundamentação da arguição incidental de inconstitucionalidade.....	1005

5.2.3.	Reserva de plenário e incompetência de órgão fracionário do tribunal	1005
5.2.4.	Admissão ou dispensa do incidente	1005
5.2.5.	Julgamento do incidente de arguição de inconstitucionalidade	1006
5.3.	Conflito de competência	1006
5.3.1.	Provocação e processamento	1006
5.3.2.	Decisão sobre o conflito de competência	1007
5.3.3.	Conflito de atribuições	1008
5.4.	Homologação de decisão estrangeira e concessão do <i>exequatur</i> a carta rogatória	1008
5.4.1.	Aspectos gerais	1008
5.4.2.	Necessidade de homologação de decisão estrangeira	1009
5.5.	Incidente de assunção de competência	1011
5.6.	Incidente de resolução de demandas repetitivas	1012
5.6.1.	Natureza e pressupostos	1012
5.6.2.	Aspectos procedimentais	1015
5.6.3.	Definição, aplicação e revisão da tese firmada	1020
6.	Aspectos procedimentais comuns dos processos nos tribunais	1021
6.1.	Visão geral	1021
6.2.	Registro e distribuição	1021
6.3.	Direção formal e material do processo pelo relator	1022
6.4.	Julgamento pelo órgão colegiado	1024
6.4.1.	Elaboração do voto pelo relator	1024
6.4.2.	Julgamento por meio eletrônico. Sessão “virtual” (ou “eletrônica”)	1025
6.4.3.	Designação de dia de julgamento pelo presidente e publicação da pauta	1025
6.4.4.	Ordem de preferência dos julgamentos, nas sessões presenciais	1026
6.4.5.	Julgamento em sessão presencial e sustentação oral	1026
6.4.6.	Questões prévias (preliminares e prejudiciais). Fato superveniente. Julgamento concomitante de agravo de instrumento e de apelação	1027
6.4.7.	Pedido de vista	1029
6.4.8.	Prolação dos votos. Votos concordantes e divergentes. Decisão unânime ou por maioria. Divergências qualitativas ou quantitativas entre os votos	1029

6.4.9.	Julgamento não unânime e ampliação do <i>quorum</i>	1031
6.4.10.	Lavratura do acórdão e publicação da ementa.....	1034
6.4.11.	Trânsito em julgado e baixa dos autos.....	1035
BIBLIOGRAFIA		1037